

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Termo de Referência 222/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
222/2025	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA	10/12/2025 08:49 (v 0.17)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60575.000072/2025-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais institucionais para aplicação em trocas protocolares, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/ Especificação	CATMAT	UND	QTD	Valor Estimado	
					Valor Unitário	Valor Total
1	Placa de aço com gravação de texto em baixo relevo medindo 15x21 cm, formato horizontal, com fixação de brasão institucional colorido em formato circular com 5 cm de diâmetro em metal no canto superior direito, com estojo em madeira revestido externamente e internamente em veludo na cor preta compatível com a placa e fecho dourado.	304576	UND	100	R\$360,00	R\$ 36.000,00
2	Sacola Institucional personalizada, com a identidade visual do EMCFA - Ministério da Defesa, em papel offset; gramatura: 220 g/m; cor: branco (externo e interno); impressão: 4/0; cordão: ilhós branco; medidas da sacola: 325 mm largura x 345 mm comprimento x 120 mm lateral; plastificação: brilhosa externa; características adicionais: brasão república e inscrição Ministério da Defesa / Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.	444900	UND	300	R\$ 27,00	R\$ 8.100,00
3	Sacola institucional com a identidade visual do Ministério da Defesa, em papel offset; gramatura: 180 g/m; cor: branco (externo e interno); impressão: 4/0; cordão: ilhós branco; medidas sacola: 220 mm largura x 320 mm comprimento x 100 mm lateral.	440919	UND	1000	R\$ 6,22	R\$ 6.220,00
4	Lâmina de Pedra Ágata, medindo 25 cm de diâmetro x 0,7 cm de espessura com peso aproximado de 600 gramas contendo brasão do EMCFA colorido e resinado fixado na parte superior da pedra com 5cm de diâmetro. Estojo, medindo 28 cm x 28 cm x 4,0 cm (altura x largura x espessura), confeccionado em madeira, revestido externamente e internamente em veludo na cor preta, com bolso para acomodar suporte e altura compatível com pedra tipo ágata medindo 25 cm de diâmetro x 0,7 cm de espessura.	609316	UND	50	R\$ 713,10	R\$ 35.655,00

5	Lâmina ágata com aproximadamente 18cm de diâmetro e 6mm de espessura, bordas pintadas na cor ouro velho, 01 (um) brasão da República em metal, design 3D recortado 5mm de espessura, na cor bronze envelhecido ou ouro envelhecido, medida total aproximadamente 10x9cm com a inscrição "Ministério da Defesa" separado, com estojo medindo 22,5x22,5x4cm (externo), peça móvel com ganchos (21x21cm) com 4 ganchos para segurar a pedra, elástico na tampa para segurar os suportes, revestimento externo em jersey preto e interno com veludo preto, acompanhada suporte em MDF e plaquinha em metal preto (7,5x2cm), bordas douradas, dizeres e símbolo gravados em dourado.	225089	UND	45	R\$ 959,65	R\$ 43.184,25
6	Moeda estilo challenge coin do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas confeccionada em liga de níquel e bronze, modelo 3D, dimensões de 50 (cinquenta) milímetros de diâmetro e 3,5 (três e meio) milímetros de espessura. Acabamento em cores 4/4 e banho de brilho. Design conforme portaria GM-MD N° 2.279, DE 20 DE MAIO DE 2021, composta pelo brasão do Estado-maior Conjunto das Forças Armadas no anverso e, no verso, pelo brasão do Ministério da Defesa.	602859	UND	200	R\$ 93,33	R\$ 18.666,00
7	Moeda em metal bronze dourada, polida, alto e baixo relevo, decoupe com 5,0cm de diâmetro e 3,5mm espessura, frente e verso; pintura colorida com um lado em 3d, acondicionada em estojo de veludo preto com berço recortado em acrílico no formato da moeda.	602859	UND	50	R\$ 125,00	R\$ 6.250,00
8	Moeda medindo 6,0 cm de diâmetro, frente e verso 2D, confeccionada em metal, fundido em liga de zamac, com cor dourado, alto relevo polido, baixo relevo pigmentado, no anverso com a identidade visual do Programa Calha Norte, verso com a logomarca do Ministério da Defesa. Acondicionado em saco de veludo preto.	618331	UND	200	R\$ 93,67	R\$ 18.734,00
9	Kit moeda do Ministério da Defesa, composto de: Moeda de metal em formato de escudo circular, em prata brilhante, com 50 (cinquenta) milímetros de diâmetro por 4 (quatro) milímetros de espessura; o anverso carregado com a logomarca do Ministério da Defesa em 2D, o verso carregado com o desenho de 01 (m) caça, 01 (um) Carro de combate blindado e 01 (um) porta helicóptero, com a subscrição MINISTÉRIO DA DEFESA em, na parte superior e BRASIL na parte inferior, sendo todos os desenhos em 3D e inscrições em caixa alta, acondicionado em estojo de veludo na cor preta.	603194	UND	600	R\$ 95,50	R\$ 57.300,00
10	Panóplia em madeira medindo 24 (vinte e quatro) centímetros de altura por 17 (dezessete) centímetros de largura e 2 (dois) centímetros de profundidade. Panóplia deve conter brasão do EMCFA em latão a cores em diâmetro de 13 (treze) centímetros. Acompanha plaqueta dourada em latão (12cm largura por 5cm altura) e estojo em veludo ou linho na cor preta.	389300	UND	100	R\$ 510,00	R\$ 51.000,00
11	Panóplia em acrílico medindo 20 (vinte) centímetros de altura por 15 (quinze) centímetros de largura e 4 (quatro) centímetros de profundidade. Panóplia deve conter brasão do EMCFA em fundição (3D) nas medidas largura 12 (doze) centímetros, altura de 10 (dez) centímetros e profundidade de 2 (dois) centímetros. Acompanha plaqueta em latão (7cm largura por 5cm altura) e estojo em veludo ou linho na cor preta.	293096	UND	100	R\$ 350,00	R\$ 35.000,00
12	Panóplia, em acrílico fumê, medindo aproximadamente 24,0 cm x 17 cm x 1 cm (altura x comprimento x espessura), com placa em aço medindo 12 cm x 7 cm e estojo.	472756	UND	50	R\$ 440,40	R\$ 22.020,00
13	Panóplia, em acrílico fumê, medindo aproximadamente 20,5 cm x 14,5 cm x 1 cm (altura x comprimento x espessura), com placa em aço medindo 10 cm x 4 cm e estojo.	472756	UND	250	R\$ 395,45	R\$ 98.862,50
	Panóplia em acrílico: - Estojo com as dimensões de 21,0 cm X 15,5 cm X 3,3 cm forrado com veludo na cor preta, com fecho					

14	tipo de pressão, com fenda em seu interior para abrigar a panóplia de acrílico, com a tampa forrada com cetim branco na parte interior. - Panóplia de Acrílico transparente de cor marrom, em formato de poliedro com as seguintes dimensões: - Base inferior: 11,7 cm X 14,8 cm X 0,5 cm; - Diagonal do final da base para a base superior de 0,5 cm; - Base superior: 11,4 cm X 14,4 cm; - Impresso na parte superior da panóplia de acrílico o Brasão da República em alto relevo em cor branca, nas dimensões de 4,5 cm X 4,4 cm. - Impresso, abaixo do Brasão da República, em alto relevo branco, as palavras MINISTÉRIO DA, em caixa alta, em fonte Bahnschrift Semi Light Condensed, de 0,5 cm de altura; - Impresso, abaixo de "ministério da", em alto relevo branco, a palavra DEFESA, em caixa alta, em fonte Arial Black de 1,2 cm de altura. - Fornecimento de placa em aço medindo 10,0 cm x 4,0 cm para gravação.	472756	UND	15	R\$ 580,00	R\$ 8.700,00
15	Caneta, material plástico, cor cinza claro, medindo 14,0 cm, com a inscrição do Ministério da Defesa em gravação a laser, cor da tinta azul acondicionada em embalagem própria.	461461	UND	200	R\$ 5,58	R\$ 1.116,00
16	Caneta esferográfica com esfera em aço, tamanho 14,2 cm, corpo preto, tampa cromada e detalhe dourado. Estojo: plástico para uma caneta com revestimento de couro sintético, na cor preta, com parte interna com espuma e fita de cetim, uma linha prateada na parte externa, medindo 180 x 56 x 30 mm. (Referência: marca de referência, equivalente, similar ou de melhor qualidade CROWN, modelo Regent, ou superior)	440753	UND	300	R\$ 181,95	R\$ 54.585,00
17	Pasta tipo despacho, A4, costurado, cantoneiras em metal, bolsa interna, dimensões 32cm x 24cm, com inscrição baixo relevo do símbolo do MD.	477894	UND	30	R\$ 104,83	R\$ 3.144,90
18	Pasta executiva tipo convenção com zíper, medindo 36cm x 25cm x 6cm, em courvin tipo almofadado, na frente inscrição da logomarca do Ministério da Defesa em baixo relevo, no verso: 2 compartimentos para arquivar documentos, sendo um com zíper, bolsos para cartão de visita, bolsa interna para calculadora ou celular, bolso interno com visor para identificação, porta caneta, no anverso: compartimento para bloco com 50 folhas pautadas, tamanho A4, atrás: bolso externo tamanho A4.	477894	UND	50	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
19	Moleskine (Caderneta de anotações). Agenda no formato 10cm x 9cm fechado, capa em papelão panamá revestida, com aplicação de verniz localizado e elástico preto. Miolo impresso 1 /81 cor no papel polem 80g, contendo 100 páginas dobradas e costuradas.	421561	UND	100	R\$ 39,23	R\$ 3.923,00
20	Caderneta de anotações (tipo Moleskine), formato 10cm x 7cm fechado, capa em papelão panamá revestida, com aplicação de verniz localizado e elástico preto. Miolo impresso 1/81 cor no papel pólen 80g, com pauta, contendo 80 páginas dobradas e costuradas	241130	UND	300	R\$ 17,47	R\$ 5.241,00
21	Boné em tecido de brim azul escuro, tamanho único (regulável), com a expressão "Ministério da Defesa" bordada na lateral direita do Boné com +/- 10mm de altura e com uma faixa na cor amarela na borda da pala do boné.	444555	UND	300	R\$ 24,80	R\$ 7.440,00
22	Bóton do Ministério da Defesa em material metálico, três faixas resinadas nas cores verde, branca e azul, sobrepostas pelo Brasão da República dourada, medindo 17 mm x 20 mm, com formato de escudo espanhol.	467012	UND	150	R\$ 25,00	R\$ 3.750,00
23	Caixa em bambu para vinho com 4 acessórios, medindo 36x11x12cm, com gravação a laser na tampa. Acompanha vinho Casa Valduga Arte na tampa. Acompanha vinho marca de referência, equivalente, similar ou de melhor qualidade, Casa Valduga, Cabernet Sauvignon e Merlot 750ml, .	444462	UND	30	R\$ 274,60	R\$ 8.238,00
	Caixa em madeira, medindo 22x18,5x7cm (CxLxA), com fecho e dobradiças metálicas, uma divisão interna, acabamento em coloração, gravação divisão interna,					

24	acabamento em coloração, gravação à laser na tampa imagem do brasão da República e a inscrição "Ministério da Defesa" abaixo do brasão. Acompanha 01 (um) café Gourmet de 250g e 01 (uma) cachaça 140ml.	444462	UND	30	R\$ 380,00	R\$ 11.400,00
25	Caixa em Papelão ondulado triplex de, no mínimo, 700 g/m², impressão: na cor preta, informado no modelo. Caixa desmontada (folha): aproximadamente 67,4cm de comprimento x 63,2cm de largura; Caixa montada (medidas internas): 35,2cm de largura x 24,7cm de comprimento x 10cm de altura.	479832	UND	100	R\$ 10,24	R\$ 1.024,00
26	Esfera em madeira com suporte, trabalhada em Marchetaria, no formato de uma esfera perfeita, medindo 12,7 cm de diâmetro, com suporte de 4 cm, compreendendo uma circunferência total de aproximadamente 40 cm.	480975	UND	30	R\$ 200,25	R\$ 6.007,50
27	Cubo em cristal 100% translúcida, sem coloração ou ranhuras, medindo 8x5x5cm (CxLxA), gravações internas à laser 2D ou 3D, na parte superior logomarca do MINISTÉRIO DA DEFESA, na parte inferior a logomarca do Comando da MARINHA, do EXÉRCITO e da AERONÁUTICA, com base em acrílico, estojo e berço em camurça.	610596	UND	30	R\$ 556,11	R\$ 16.683,30
28	Porta bloco, costurado, bolsa interna, visor de identificação, dimensões 24cm x 16cm, com inscrição relevo da logomarca do Ministério da Defesa.	296304	UND	300	R\$ 58,25	R\$ 17.475,00
29	Kit executivo em couro soft para escritório contendo risque e rabisque medindo 25,5 x 31,5cm, bloco de anotações medindo 17,5 x 23,5cm, porta caneta medindo 7,5x11,5cm e porta cliques medindo 5 x 7,5cm. Acondicionado em estojo kraft com berço camurçado e fechamento com elástico roliço na diagonal com placa em couro na tampa, gravado em baixo relevo nas 4 peças e na caixa.	444915	UND	15	R\$ 381,00	R\$ 5.715,00
30	Papel reciclado artesanal, na cor branco gelo, medindo 50cm x 70 cm.	445546	UND	40	R\$ 31,63	R\$ 1.265,20
31	Palha da Costa, material 100% natural, medindo em torno de 60cm	614560	KG	1	R\$ 80,90	R\$ 80,90
32	Prato em aço inox com 23cm de diâmetro, 01(um) brasão da República em metal, design 3D recortado 5mm de espessura, na cor bronze envelhecido ou ouro envelhecido, medida total aproximadamente 10x9cm (CxL) com a inscrição "Ministério da Defesa" separada, com estojo medindo 26x26x4cm (externo), berço com rebaixo de 16,5cm de diâmetro e 1,5cm de profundidade (para encaixe do fundo do prato), elástico na tampa para segurar os suportes, revestimento em jersey preto e interno com veludo preto, acompanha suporte em MDF e plaquinha em metal prata ou dourada (9x3cm), sem gravação.	429423	UND	45	R\$ 1.280,00	R\$ 57.600,00
33	Jogo de Xadrez em pedra Sodalita, acondicionada em estojo acolchoado revestido em veludo na cor preta, medindo aproximadamente 25 cm de largura e 25 cm de comprimento.	235500	UND	45	R\$ 950,77	R\$ 42.784,65
TOTAL					R\$ 701.665,20	

*Custo estimado com base no Mapa Comparativo dos preços (8336328) e Análise Crítica (8343327)

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 104/2025, no subitem 4.1.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3.1. De acordo com as atividades do órgão, por trata-se de materiais que serão aplicando em trocas protocolares entre autoridades, não serão considerados bem de luxo nem serão enquadrados como brindes, por não ser distribuídos de forma generalizada.

"Brindes

De acordo com o Decreto nº 10.889/2021, brindes são itens de baixo valor econômico e distribuído de forma generalizada, como cortesia, propaganda ou divulgação habitual. Como baixo valor econômico,

entende-se aquele menor que um por cento do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o § 4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021). Em 2 de fevereiro de 2022, o teto remuneratório era de R\$ 39.293,32. Logo, um item poderia ser considerado brinde somente se tivesse um valor estimado abaixo de R\$ 392,93."

Fonte: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/prevencao-da-corrupcao/transparencia-de-agendas/secoes/brindes-presentes-e-hospitalidades>

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa)** dias contados do(a) **envio da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O instrumento hábil que o substitua (A nota de empenho junto com as Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Classificação da Despesa como "Despesa de Custeio":

1.6.1. A presente despesa enquadra-se como despesa de custeio, conforme disposto no Art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, que trata da celebração e prorrogação de contratos administrativos relativos a atividades de custeio no âmbito do Poder Executivo federal. O referido artigo estabelece que tais contratos devem ser autorizados por ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, podendo haver delegação de competência conforme os valores envolvidos.

1.6.2. Nos termos do Art. 3º do referido Decreto, consideram-se atividades de custeio aquelas relacionadas à manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades, incluindo despesas com serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, locações, manutenção de equipamentos, entre outros.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 07/05/2024;

III) Id do item no PCA: 1336 a 1378;

VI) Classe/Grupo:

8105 - SACOS E BOLSAS;

7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO;

7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES;

8455 - DISTINTIVOS E INSÍGNIAS;

8405 - VESTUÁRIO EXTERNO MASCULINO;

8115 - CAIXAS, CAIXOTES E ENGRADADOS;

9390 - PRODUTOS DIVERSOS NÃO METÁLICOS;

8460 – BAGAGENS;

7530 - FORMULÁRIOS OFICIAIS;

4020 - CABOS DE FIBRA, CORDOALHAS E BARBANTES;

9999 - ITENS DIVERSOS;

7350 - LOUÇA E ARTIGOS DE MESA;

9910 - ARTIGOS DE JOALHERIA;

7820 - JOGOS, BRINQUEDOS E ARTIGOS CORRELATOS COM RODAS;

9905 - CARTAZES, MOSTRUÁRIOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO;

8125 - GARRAFAS E JARROS;

881 - SERVIÇOS DE MANUFATURA EM INSUMOS FÍSICOS QUE SÃO PROPRIEDADE DE OUTROS(EXCETO MAQUINARIA E EQUIPAMENTO).;

V) Identificador da Futura Contratação: 110404-16/2025;

2.3. O Plano Diretor de Logística Sustentável - PDLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Entretanto, o PDLS deste Ministério encontra-se em fase de elaboração pelo Comitê de Governança.

2.3.1. De acordo, com a Portaria GM-MD nº 4.059, de 27 de agosto de 2024 (7802411) que dispõe sobre a estrutura de governança do MD, foi criado o Comitê de Governança do Ministério da Defesa e suas instâncias de apoio, de acordo com suas respectivas áreas de atuação e diretrizes expedidas pela instância máxima de governança.

2.3.1.1. O Comitê de Governança do Ministério da Defesa tem entre uma de suas competências:

2.3.1.2. Aprovar as políticas e diretrizes transversais para aplicação no âmbito do Ministério, propostas por suas instâncias de apoio.

2.3.1.3. Integram o Comitê de Governança, na forma de instâncias de apoio à governança, quanto aos temas transversais a que se referem, os seguintes subcomitês:

I - Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação;

II - Subcomitê de Contratações e Logística Sustentável;

III - Subcomitê de Pessoas;

IV - Subcomitê de Gestão de Riscos e Integridade; e

V - Subcomitê de Planejamento Estratégico Organizacional.

2.3.1.4. Compete ao Subcomitê de Contratações e Logística Sustentável, entre outras, elaborar proposta do plano de logística sustentável da administração central do Ministério da Defesa com base no modelo de referência instituído pela Portaria SEGES /MGI nº 5.376, de 2023, e submeter à aprovação do Comitê de Governança;

2.3.2. Em 23 de setembro de 2024, foi publicada a portaria DESEG/SEORI/SG-MD Nº 4.510 (7802416), com a designação dos representantes para composição do Subcomitê de Contratações e Logística Sustentável;

2.3.2.1. Após a designação de seus integrantes, o Subcomitê de Contratações e Logística Sustentável, vem trabalhando para elaboração da proposta do plano de logística sustentável da administração central do Ministério da Defesa. Para tanto, realizou a 2ª reunião, em 26 de fevereiro de 2025 (7802280);

2.3.2.2. O Subcomitê de Contratações e Logística Sustentável tem como meta apresentar a proposta do plano de logística sustentável da administração central do Ministério da Defesa, ao Comitê de Governança visando sua aprovação, na próxima reunião do comitê."

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares digital nº 104/2025, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Em síntese, a solução consiste na aquisição de materiais institucionais para aplicação em trocas protocolares, trata-se de materiais personalizados já prontos para utilização, não sendo matéria prima.

3.3. Houve uma adequação dos itens ora planejados no ETP, durante a pesquisa de mercado foi verificado que o item 01 estojo, é interdependente do item 05 lâmina de Pedra Ágata, haja vista que o estojo é para acondicionar/ guardar a lâmina. Diante do exposto, estes itens foram unificados no item 05, causando uma nova renumeração dos itens.

3.3.1. A presente contratação passar a constar com demanda de 34 itens.

3.3.2. Houve alteração na descrição do item 8, para melhor especificação técnica do presente item.

3.4. De acordo com a portaria 5303 (8508983) foram autorizados a aquisição de 2 itens; panóplia em acrílico e Moeda. Devido não constar autorização para aquisição do troféu, que constava no Estudo Técnico Preliminar sendo o item 34, este item foi excluído da presente contratação. Diante do exposto a contratação agora consta com 33 itens.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Consultando o guia nacional de contratações sustentáveis, não foram localizados requisitos práticos e efetivos para os itens presentes neste certame, contudo para uma cobrança eficiente dos critérios serão considerados os apresentados no Estudo Técnico Preliminar digital nº 104/2025, no subitem 4.10. critérios de sustentabilidade, e 4.11. práticas sustentáveis;

4.1.2. Ressalta-se que não caberá exigências de certificados como critérios de sustentabilidade, conforme justificativas constante no subitem 4.9. do ETP nº 104/2025.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não se aplica a indicação de marca.

4.2.1. Foi utilizada a indicação da(s) marca(s), de referência, para similar ou de melhor qualidade, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares digital nº 104/2024, no subitem 6.7., para os itens 16 e 23.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplica na presente contratação.

Da exigência de amostra

4.4. Após a fase de habilitação, a licitante habilitada deverá encaminhar as amostras solicitadas para que sejam verificados as especificações do item. Cabe ressaltar que todos os custos de remessa correrão por conta do fornecedor e que tal amostra poderá, desde que aceita pela administração e exatamente como as especificações do TR, ser contabilizada como parte do objeto licitado.

4.4.1. A empresa já habilitada, que não atender aos requisitos previstos na amostra, conforme especificações previstas no TR será desclassificada.

4.5. Serão exigidas amostras de todos os itens solicitados:

4.5.1. Por trata-se de itens que são personalizados, há necessidade de verificação se os itens atendem as especificações técnicas e principalmente estéticas. Para evitar itens de baixa qualidade que simplesmente não funcionam como deveriam, embora possuam descrição técnica semelhante à de objetos de boa qualidade.

4.6. As amostras deverão ser entregues no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco O, Anexo I - **Almoxarifado do Ministério da Defesa** – Sala 044 – CEP 70052-900 – Brasília – DF, aos cuidados do Tenº Wagner, telefone: 61-33124359, e-mail: wagner.coutinho@defesa.gov.br, no prazo limite de 15 (quinze) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Conformidade com a especificação/ descrição do item;

4.9.2. Verificação das dimensões, se atende ao tamanho; e

4.9.3. Qualidade e Estética, se o acabamento e a personalização atendem o descrito na especificação do item.

itens	Descrição dos Critérios avaliados quando couber ao item
1 ao 34	1. Composição atende os requisitos técnicos: () Sim / () Não
	2. Material de confecção atende os requisitos técnicos: () Sim / () Não
	3. Dimensões atendem os requisitos técnicos: () Sim / () Não
	4. Funcionalidades atendem os requisitos técnicos: () Sim / () Não
	5. Modelo atende os requisitos técnicos: () Sim / () Não
	6. Acabamento atende os requisitos técnicos: () Sim / () Não
	7. Resistência do material atende os requisitos técnicos: () Sim / () Não
	8. Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não
	9 - Fecho regulável atende a especificação: () sim () Não
	10 - Bordados atendem as especificações: () sim () Não
	Resultado: () Aprovado () Reprovado -
	Motivo: _____

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **30 (trinta)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. Não se aplica na presente contratação.

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar digital nº 104/2025, conforme subitem 4.2.3.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.18. De acordo com o ETP 104/2025 a contratação a princípio será exclusiva para ME/EPP, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, não é cabível para os itens e grupos alcançados pela exclusividade de que trata o inciso I do mesmo dispositivo para licitações com valor igual ou inferior a R\$80.000,00.

4.18.1. Caso após realizada a pesquisa de preço, algum item ultrapasse este limite, ainda assim não poderá ser aplicada a reserva de cotas por trata-se de itens personalizados, necessitando que haja uniformização e padronização do produto.

Margem de Preferência:

4.19. Não se aplica na presente contratação, devido nenhum dos itens estarem contemplados no anexo I da RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 8, DE 31 DE MARÇO DE 2025 e também na relação do anexo I da RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 (Atualizada) Especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Conforme estabelecida em resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, nos termos do Decreto n.º 12.218, de 11 de outubro de 2024 e n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (Noventa) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. O fornecedor deverá acusar o recebimento tão logo tenha efetivamente recebido a nota de empenha.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Sem ônus para administração, na Seção de Gestão de Almoxarifado da AC/MD, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Anexo do Bloco "O" - sala 044, CEP 70052-900 –Brasília – DF

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O instrumento hábil equivalente (Nota de Empenho) deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do instrumento hábil equivalente (Nota de Empenho), o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do instrumento hábil equivalente (Nota de Empenho) deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) setores requisitantes ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico da aquisição acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. Os setores requisitantes da aquisição anotarão no histórico de gerenciamento do instrumento hábil equivalente (Nota de Empenho) todas as ocorrências relacionadas à execução da aquisição, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, os requisitantes emitirá notificações para a correção da execução da aquisição, determinando prazo para a correção.

6.10. Os requisitantes informarão ao setor competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da aquisição nas datas aprazadas, os requisitantes comunicará o fato imediatamente ao setor competente.

6.12. Os requisitantes comunicará ao setor competente, em tempo hábil, o término da aquisiç sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. Não se aplicará ao objeto desta licitação, o instrumento equivalente utilizado será a Nota de Empenho - NE, e a entrega será em remessa única.

Gestor do Contrato

6.14. Não se aplicará ao objeto desta licitação, o instrumento equivalente utilizado será a Nota de Empenho - NE, e a entrega será em remessa única.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15 % (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (*noventa*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma aquisição ou de outras aquisições administrativas que o Contratado

possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. De acordo com a determinação deste Ministério, por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEORI/SG-MD N° 24, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023 (6766803) e NOTA n. 00581/2023/CONJUR-MD/CGU/AGU (6675916), onde recomenda que nos processos licitatórios a equipe de planejamento da contratação fixe os percentuais de multa.

7.15.1. Para as infrações prevista no Edital, que possam ocorrer durante a fase de seleção do fornecedor, serão aplicados os seguintes percentuais de multa;

No Edital

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

"15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa: (...)

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 7,5% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

(...)"

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.26. Não se aplica ao objeto desta licitação.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao instrumento administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/10/2025 de acordo com a análise Crítica da Pesquisa de Preços (8343327), e será aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta~~[A1]~~

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Não se aplica a presente contratação, por não se tratar de registro de preços.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

LC =

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% (Dez por cento) do *valor total estimado da contratação por item pertinente*.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Apresentação de atestado, comprovando o fornecimento de quantitativos mínimos, equivalentes a 30% (trinta por cento) da quantidade prevista para os itens deste instrumento, (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937 /2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União). Conforme a tabela abaixo;

Itens	Documentação
1, 4, 5, 9, 10, 11 13, 16, 32 e 33.	Comprovação de capacidade de entrega dos itens, que comportem ao menos 30% da quantidade solicitada.

9.30.1.2. Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021 “será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º) Grifo nosso.

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para o aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 701.665,20 (setecentos e um mil seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 52101 (Ministério da Defesa);

II) Fonte de recursos: 0000000001;

III) Programa de trabalho: 05.122.2108.2000.0001 e 05.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade - e 05.244.6012.1211.0001 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BASIC - NACIONAL;

IV) Elemento de despesa: ND33.90.30; e

V) PTRES: 168579; 175696; 185213 e 228735.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Em hipótese alguma será aceito os objetos diferente do que foi cotado, que esteja em desacordo com as demais especificações deste documento, com avarias, com defeitos de fabricação, que não atenda as especificações do Edital e seus anexos, que não esteja devidamente acondicionado, embalado e lacrado e, por motivos de força maior, não atenda todos os critérios de sustentabilidade vigentes previstos em Legislação e Normas Ambientais.

12.2. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 (cinco) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressaltados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília/ DF, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIS FELICIO MACHADO TELLES

Integrante Requisitante ASCER



Assinou eletronicamente em 10/12/2025 às 08:49:25.

GABRIELLI SIQUEIRA DALA VECCHIA

Integrante Requisitante EMCFA



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 17:17:12.

GABRIEL DOS SANTOS MACEDO

Integrante Requisitante DPCN/SG



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 17:15:34.

SALVADOR ELISIO TALZZIA

Integrante Requisitante - DESAS/SG



Assinou eletronicamente em 09/12/2025 às 12:58:08.

UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA

Integrante Administrativo EPC



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 16:45:41.

LAERT MUNIZ BARBOSA

Integrante Técnico - ASCER



Assinou eletronicamente em 09/12/2025 às 17:19:49.

CARLOS RICARDO FERREIRA DE CASTILHO

Integrante Técnico - EMCFA



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 17:30:51.

ROGERIO MORAIS FREITAS

Integrante Técnico - DPCN/SG



Assinou eletronicamente em 09/12/2025 às 10:12:58.

BRENER SILVIO TAVORA DA ROSA

Integrante Técnico - DESAS/SG



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 17:19:50.